



Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

3. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 99.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1989

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Atas da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 324/89, que

dispõe sobre os serviços de transporte de passageiros de que trata o artigo 146 da Constituição Estadual e seus parágrafos.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 352/89.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão do Regime de Urgência e a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 186/89, constante da Ordem do Dia de hoje em 2.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO Nº 2894

Senhor Presidente:

O Deputado DAVID CHERIEGATE ao final assinado no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a V.Exa., após ouvido o Plenário, PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO ao Projeto de Lei nº 205/89, que retifica a Lei nº 9007, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO Nº 2900

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a preferência de votação, para o Projeto de Resolução nº 50/89.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO Nº 2899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido

emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) Werner Wanderer

REQUERIMENTO N° 2892

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento de votação e a retirada da Ordem do Dia, por três sessões do Projeto de Lei n° 371/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2898

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e amparado pelo artigo 177 do Regimento Interno, REQUER, a retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Resolução n° 75/89 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, com vistas a criação do Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUASTIFICATIVA:

O presente REQUERIMENTO tem a finalidade solicitar a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 75/89, tendo em vista que o mesmo não se encontra com a documentação legal para a sua tramitação. Desta forma, queremos dar um maior prazo para que possa completar o processo que deu origem ao referido projeto de resolução, pois é de nosso conhecimento a demora por parte do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na expedição da Certidão que fornece o número de habitantes, tanto da zona rural como da zona urbana, bem como o número de casas existentes na sede do Distrito que ora se pretende transformar em município.

REQUERIMENTO N° 2907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 90/88, pelo prazo de 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10

Curitiba, terça, em 12.12.89

(dez) sessões, o Projeto de Lei n° 205/89, que objetiva modificar artigo da Lei n° 9007/89, em 2. Discussão.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituído Comissão Especial Suprapartidário, com o fim específico de rever: doações, vendas e concessões de imóveis públicos: rurais e urbanos, concretizados no período de 1° (primeiro) de janeiro de 1962 a 31 (trinta e um) de Dezembro de 1987, conforme consta no Art. 21 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual promulgado no último dia 05 (cinco) de outubro próximo passado.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

APOIAMENTO:

Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, David Cheriegate, Basílio Zanusso, Ferrari Júnior e duas ilegíveis.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 385/89

DECRETA:

Art. 1° - O Estado destinará aos Municípios, para programas específicos de Assistência Social e de apoio ao Esporte Amador, conforme determina o artigo 175 da Constituição Estadual reduzidos os prêmios e as despesas operacionais, 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação dos recursos de prognósticos de números realizados sob seu patrocínio.

Art. 2° - A distribuição de recursos competentes aos Municípios, será feita pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e pela Secretaria do Esporte, através de repasses recebidos da SERLOPAR.

Art. 3° - A SERLOPAR fará mensalmente a transferência dos valores a serem repassados aos Municípios, às Secretarias do Esporte e da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Art. 5° - Enquanto os recursos a que se refere a presente lei não forem repassados aos Municípios, as respectivas Secretarias deverão aplicá-los em estabelecimento bancário oficial do Estado, em conta especial, a fim de que os mesmos mantenham sua atualização monetária.

Art. 6° - Caberá ao DECON o acompanhamento e a fiscalização das obras executadas pelos Municípios com recursos originários da presente lei, cabendo também exclusivamente aos Municípios a responsabi-

lidade da prestação de contas, dos recursos recebidos, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 7º - Ao final de cada exercício Administrativo, as Secretarias do Esporte e da Justiça, Trabalho e Ação Social, ficarão responsáveis pela prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, da possível existência de resíduos financeiros entre o recebimento dos repasses da SERLOPAR e a liberação de valores aos Municípios.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei complementar em tela, inspirado na Constituição Estadual, artigo 175 e seu parágrafo único, pretende sortear a distribuição dos recursos auferidos dos concursos de prognósticos de números liderados pela LOTOPAR.

A iniciativa ensinará que o rateio dessas verbas "prima manu" observe o critério da proporcionalidade segundo a arrecadação de apostas realizadas pela rede Lotérica autorizada, no âmbito do território de cada Município.

Depois, diferencialmente, desloca a outra metade do fluxo de recursos aos Municípios médios e caçulas de menor força política, e por isso, usualmente prejudicados na partilha dos benefícios públicos.

Estima-se que, com este procedimento, tanto os incentivos ao esporte amador, quanto a assistência social, de necessidades carentes nesses pequenos Municípios, poderão ter nesta iniciativa um substancial amparo.

PROJETO DE LEI Nº 386/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL GIL STEIN FERREIRA, com sede e foro na cidade de IVAÍ, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Gil Stein Ferreira a que nos propomos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 13 de outubro de 1974 e registrada no Serviço Social Escolar sob nº 3.712 e no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro "A", à página 207.229, em 12.04.1975. Tem por finalidade

a aproximação mais íntima dos educadores, pais e mestres, para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente podermos trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo à sociedade, funcionando como órgão cooperador da Escola, visando o bem estar integral do aluno e, por consequência, a integração da comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente e auto sustentável do processo educativo.

Seus efeitos são o resultado do trabalho, do esforço e da dedicação daqueles que, à testa de sua administração não medem esforços para torná-la um organismo forte e de expressão. Tem prestado relevantes serviços à sociedade local, sempre na defesa dos reais interesses de educadores, Pais e Mestres.

Assim, cumprindo com as formalidades da lei e das finalidades para as quais foi criada, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, Ato que se e atribuirá pela efetiva contribuição emprestada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

Antes porém, esta Presidência congratula-se com os policiais militares que se encontram presentes à sessão, bem como os moradores da comunidade de Nova Laranjeiras que comparecem a este Parlamento para acompanhar projetos de interesse das categorias e das populações mencionadas.

Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior no Grande Expediente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; amigos que nos visitam; amigos da imprensa; lideranças do interior; meu caro Prefeito de Maringá, Ricardo Barros.

Nós queremos primeiramente Senhor Presidente, agradecer os inúmeros convites que temos recebido no sentido de falarmos às câmaras municipais a respeito da elaboração da Lei Orgânica Municipal.

Todos conhecem o nosso trabalho na Assembléia Legislativa, principalmente na elaboração da nova Carta Política do Paraná. Momento em que se tentou até deturpar uma determinada posição no sentido de valorizar e tirar do lixo tudo aquilo que a comunidade paranaense tinha conquistado através de emendas populares que não foram acatadas, que não foram aceitas por alguns dos constituintes.

Mas, nós iremos sim, Senhor Presidente, como já temos feito todos os finais de semana no Paraná, conversando com os ve-

readores, porque nós entendemos e sabemos que o vereador que é a aquele que está na base, ali, vivendo os problemas, as angústias, as frustrações do dia-a-dia de um Governo perdulário que aí está. Ilegítimo.

E muitas vezes é esse vereador, um representante do povo, da sua comunidade, ele mesmo não consegue, olhando nos olhos do eleitor, do munícipe, explicar uma determinada situação, seja ela nacional ou estadual. Mas temos procurado explicar para os vereadores; e eu agradeço a oportunidade e os convites recebidos tanto da Região Metropolitana, como dos demais municípios. Hoje em Londrina, onde seremos homenageados pelo trabalho que desenvolvemos, para a criação do Tribunal de Alçada do Norte do Estado, que não é o Tribunal de Alçada de Londrina, não; é o Tribunal de Alçada do Norte do Paraná, que vai contemplar a agilização da justiça do Norte Pioneiro, nas lides forenses do Norte Novo, Norte Novíssimo.

E nós, pela primeira vez em Maringá, e isto porque conseguimos mudar a mentalidade daqueles políticos arcaicos e carcomidos pelo tempo de que era preciso renovar; não nos colocamos como obstáculo para a criação desse Tribunal do Norte do Paraná, com sede em Londrina, e, Maringá e a Região através de sua Câmara, através do Prefeito Municipal, através das lideranças comunitárias e empresariais, hipotecaram este apoio; por isto, eu divido esta homenagem da Câmara de Londrina, também.

Com essas pessoas lúcidas que nos ajudaram a contemplar na Nova Carta Política do Paraná, esse Tribunal de Alçada e conseqüentemente nos ajudarão a tornar esse sonho, uma realidade, que será a instalação do Tribunal de Alçada do Norte do Paraná e também porque não dizer, do Oeste em Cascavel.

Senhor Presidente, nobres Pares, como todos os dias temos apresentado projetos, requerimentos, e dias atrás até o Presidente do nosso Partido, Deputado Ezequias Losso, numa reunião do nosso diretório, na última quarta-feira, ao lado de militantes jovens que queriam saber da nossa situação, do nosso trabalho, e ele foi interferido com relação a algumas propostas polêmicas, e o Deputado Losso disse de imediato, que o Deputado Lindolfo Júnior é considerado sim, Deputado polêmico, porque apresenta requerimentos, e mais requerimentos, porque apresenta projetos e mais projetos.

Eu quero lembrar aos Senhores Deputados, um Projeto que nós votamos ontem, e até elogiamos, um Projeto que foi aprovado por unanimidade, do eminente Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que autoriza ao Poder Executivo a realizar concurso público de provas e títulos para

Curitiba, terça, em 12.12.89

preenchimento de vagas dos quadros próprios de pessoal do magistério.

Parecer exarado pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Anibal Khury, em Regime de Urgência.

Esse projeto foi aprovado por unanimidade e nós, logo após a votação, fizemos questão, Senhor Presidente, nobres Pares, de justificar o nosso voto, de dizer que esse projeto não como alguns pensam, um projeto demagógico e como alguns disseram e votaram contra a nossa proposta de reajuste mensal.

Eu quero fazer uma pergunta e quero questionar o Governo do Estado do Paraná:

Qual é a arrecadação do nosso Estado, se comparado aos demais estados da Federação?

E eu quero complementar o meu questionamento, fazendo uma outra pergunta:

Na escala dos estados brasileiros, qual é a colocação da nossa valoriza Policia Militar, que tanto tem contribuído para com a segurança pública do Estado do Paraná?

Será que o Governo não arrecada o suficiente para valorizar esses homens que aqui estão fardados, que vêm pedir e dizer que acreditam na sensibilidade da Assembléia Legislativa, no sentido de valorizarmos a classe policial, tanto policiais militares como policiais civis.

Eu não tenho dúvida de que haverá um dia em que esse funcionário, seja ele o mais humilde, será valorizado como antigamente o era, por ser funcionário público.

E o que é o funcionário público, quando veio propor uma mensagem de reajuste mensal para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para o magistério, para os servidores, porque eles é que alavancam o crescimento de um Estado.

É o Servidor Municipal que ajuda na administração do Prefeito e da sua equipe e que muitas vezes não é lembrado, e o servidor público federal que precisa ser olhado com outros olhos, não com os olhos daqueles que se elegem em cima de esquemas financeiros, milionários sem ter nenhum tipo de compromisso ou pequenos compromissos com a classe trabalhadora do nosso Estado.

Eu quero dizer, Senhor Presidente, nobres Pares, que muitas vezes é este espetáculo que a gente assiste, senhores policiais.

Dias atrás, falávamos desta tribuna, como tem o PROIN e nós organizamos um Encontro Nacional de Microempresas aqui na Assembléia Legislativa, sem ônus nenhum para esta Casa, porque eu era o Segundo Secretário da Casa e fiz questão de pedir a cada um dos representantes de cada Estado da Federação que enviasse um representante com as expensas próprias.

Dias atrás, eu falava do terceiro encontro...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita às pessoas estranhas ao Plenário que permaneçam nas laterais e solicita aos Senhores Deputados o máximo de atenção ao orador que se encontra na tribuna.

Aproveito a interrupção que faço ao orador que se encontra na tribuna para registrar, com satisfação, as presenças dos Senhores: Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, do município de Alto Paraná e integrantes da comunidade do distrito de Maristela; registro com satisfação a presença do Dr. Ricardo Barros, Prefeito de Maringá, que muito nos honra com a sua presença neste Parlamento.

Continua com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior e ao final descontaremos o tempo que estamos usando de V.Exa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, pela ordem. (Assentimento).

Senhor Presidente, apenas aproveitando a ocasião, para anunciar também a presença neste plenário do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul bem como dos Vereadores e comunidade do novo município de Laranjeiras.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência se soma com as congratulações de Vossa Excelência.

Continua com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - É sempre uma satisfação, Senhor Presidente, a presença de lideranças do interior do Estado para acompanhar de perto os trabalhos da Assembleia Legislativa, não somente aquilo que, muitas vezes, de uma forma até distorcida é veiculado.

Mas, como eu dizia, Senhor Presidente, dias atrás nós apresentávamos aqui uma sugestão. Se nós temos o PROIN, que é um programa para subsidiar, para devolver, para retornar, à grande, à média empresa, 50% do ICMS que ela recolhe, para que ela possa reinvestir e gerar mais empregos, por que não criamos uma alínea especial no sentido não de isentarmos o microempresário, por que nós sabemos que existe um conselho fazendário - o Deputado Nereu sabe bem disso -, o CONFAZ, que não permite qualquer tipo de isenção, mas por não retornar a este microempresário, ao pequeno empresário, para que ele possa valorizar, fazer crescer a sua pequena empresa, muitas vezes, de fundo de quintal? E alguns Deputados do PMDB diziam que eu fazia demagogia da tribuna quando também apresentei

inúmeros projetos, como este do IPVA, quantas emendas. O nosso gabinete está aberto até às nove, dez da noite! O Deputado José Rogério apresentou comigo esta proposta, nós ficamos preocupados com o contribuinte do Paraná. Porque o Deputado Estadual está tranqüilo, o Deputado Estadual parece que está ganhando muito bem, mas será que o policial militar está ganhando bem? Será que ele está conseguindo sobreviver pelo menos? E quando eu digo isso da tribuna me chamam de demagogo.

Ora, Senhores, nós precisamos sintonizar nossas idéias, as nossas palavras, com as nossas ações, com os nossos atos. Chega de fazer a política de mil novecentos e antigamente! Vamos começar uma coisa nova e este Parlamento tem força como tem uma câmara municipal, como tem um Congresso Nacional, e é por isso que nós estamos aqui, ungidos pelo voto popular, para defendermos os interesses do Paraná. E quando defendemos os interesses daqueles que têm os seus veículos que representam hoje no Estado do Paraná um milhão e quatrocentos mil veículos, dizem que nós estamos fazendo demagogia, porque o Governo propõe numa mensagem a este Parlamento que quando encerrado o prazo para o pagamento do IPVA que seja cobrado uma multa de acordo com a BTN fiscal. Ora, porque não pagamos também o servidor público, se nós temos um dispositivo no artigo 27 da Constituição Estadual que foi votado por nós neste plenário, que diz que os salários dos servidores públicos deverão ser pagos até o último dia do mês vencido, ou seja, até o último dia 30 deste mês ou 31. Se eles quiserem pagar dia 05 vão ter que pagar com salário corrigido em BTNF. Será que na hora de cobrar do servidor, de cobrar do contribuinte nós podemos cobrar, e se nós recebemos alguma coisa de forma indevida, está no Projeto também, não sou eu que estou dizendo, não são palavras que se perdem no tempo e no espaço. No Projeto diz que você contribuinte do Paraná receberá sim se o Governo recolher de forma indevida, mas receberá corrigido em BTNF até a data do deferimento.

Ora, nós não somos ignorantes Sras. e Srs. Deputados, o paranaense não é idiota e não é otário. Eu posso deferir hoje e pagar daqui há dois meses, e como é que fica esses sessenta dias? Tem que pagar na data do pagamento e por isso estamos ao lado do Deputado José Rogério apresentando uma emenda neste sentido.

E tantos outros absurdos que se vota infelizmente sem ler nos Parlamentos, isso não é só aqui não, isso acontece também nas câmaras municipais, e acontece no Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, nós temos hoje um Projeto importantíssimo para a comunidade

de Maringá: Projeto do ilustre Deputado Ferrari Júnior que dá responsabilidade ao Governo do Paraná, às despesas com a manutenção dos cursos de medicina e odontologia da Universidade Estadual de Maringá. É a mesma Universidade que descobriu o polieletrólito, que conseguiu extrair do cactus, do mandacaru, que é uma praga no Nordeste. A Universidade de Maringá substitui e vai fazer com que o Brasil substitua...

... - Permita-me um aparte Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Assentimento) V. Exa. abordou o Projeto de Lei ligado à Universidade de Maringá nos cursos de medicina e odontologia, e eu gostaria de agradecer a todos os Deputados desta Casa, todos que votaram favoravelmente à matéria em 1ª discussão. Contudo, tudo vai depender do Governador Álvaro Dias, quando esses cursos foram criados com uma matéria de iniciativa minha, havia um acordo do Prefeito Said Ferreira, Prefeito de Maringá, com o Governador. O Prefeito de Maringá da época queria os cursos e acabou assumindo as despesas com os cursos de medicina e odontologia no acordo com o Governador do Paraná, Álvaro Dias. O Projeto foi aprovado, talvez Said Ferreira imaginasse que o PMDB fosse ganhar as eleições em Maringá, mas ganhou em Maringá o outro candidato, que inclusive honra esta Casa com a sua presença hoje, o jovem maringense Ricardo Barros. E Maringá não está suportando esses cursos que são de responsabilidade do Estado. Ontem nós votamos em 1ª discussão, o Governador Álvaro Dias esteve em Maringá, e eu assumi com a Bancada do PMDB, com o ilustre líder Deputado Lauro Lobo Alcantara, o compromisso de retirar a matéria se o Governo do Estado se colocasse contrariamente e obrigariam naturalmente a Bancada do PMDB a colocar-se contrariamente. Absolutamente a gente entende. Portanto, nós vamos retirar esse projeto hoje por uma sessão, cumprindo a nossa palavra com os ilustres representantes da Bancada do PMDB. O Governador deverá voltar à noite para Curitiba ou amanhã (ele está no interior do Estado), o Prefeito vai se avistar com o Governador, vai pedir inclusive uma audiência com os líderes do Governo, e se o Governador der o sinal verde nós votaremos a matéria e torceremos que toda a Assembléia vote, que ontem passou por unanimidade, senão nós vamos esperar o futuro Governador Ari Queiroz, com ele vamos dialogar para ver se ele devolve esse direito a Maringá porque o Município não pode absolutamente continuar custeando esses cursos que são de competência do Estado do Paraná.

Inclusive eu aproveito, Deputado Lin-

Curitiba, terça, em 12.12.89

dolfo, para agradecer a sua presença e a sua votação como ilustre representante de Maringá e, em nome do Prefeito Ricardo Barros, agradecer a todos os Deputados, todos desta Casa que se colocaram favoravelmente à matéria.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço Vossa Excelência, Deputado Ferrari, e como também a Universidade Estadual de Maringá, e nós colocávamos agora há pouco a questão da descoberta do polieletrólito, que o Brasil todo começa a saber que é resultado de uma pesquisa de mais de uma década, são 12 anos de dedicação, e nós que tanto lutamos para que os 2% fossem também contemplados na Constituição para a pesquisa, precisamos tomar muita cautela com relação a este dispositivo, art. 205 que deverá ser regulamentado.

Mas, estamos apresentando, Deputado Ferrari, já que nos associamos ao Projeto nº 186/89, contribuindo no sentido de acrescentar um dispositivo que diz: "para os efeitos desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite necessário para complementação das dotações orçamentárias, inicialmente destinadas às despesas mencionadas no art. 1º", que se refere o Projeto de Vossa Excelência no Orçamento anual para o exercício de 1990 que nós tivemos também o cuidado de fazê-lo na proposta orçamentária.

Mas, é bom ratificar no Projeto de Lei, justificando que é preciso acreditar na palavra dos homens, e o que eu sonho um dia, Senhores Deputados, é acabar com a discriminação, discriminação, por exemplo, ao Deputado Pedro Tonelli porque é um Deputado do PT, e o PMDB vota contra, uma proposta muitas vezes séria, um pedido de informações ao Governo do Estado.

Ora, por que tentarem interceptar e derrubar um requerimento que pede informações? É assim que nós precisamos agir, precisamos esquecer as cores partidárias e defender interesses do Estado do Paraná, defender o interesse da nossa gente. E hoje, eu peço a fineza de Vossas Excelências, que votem contra um veto que Vossas Excelências aprovaram por unanimidade, que todos nós votamos. É inconcebível, é inadmissível que hoje tentemos apoiar o veto nº 200/89, que foi aprovado por esta Casa e o veto ao Projeto de Lei nº 226/89, que trata da majoração dos vencimentos dos servidores e serventuários do quadro de pessoal da Secretaria dos Tribunais de Justiça e Alçada. Nós votamos, e é bom que esteja bem claro, esses Projetos passaram por unanimidade nesta Casa, e eu espero que esta mesma coerência seja repetida aqui e possamos dizer um não a esses dois vetos, contra os servidores do quadro das

Secretarias dos Tribunais e contra a gratificação de representação aos funcionários ocupantes dos cargos de nível superior do Tribunal de Justiça.

(Palmas).

Quando eles me aplaudem o Líder do PMDB, faz "assim".

Eu não pedi aplausos, ele acha que quando eu quero discursar, nós só procuramos aplausos. Não. Nós queremos a realidade e vemos efetivado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria de falar no horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer falar em prorrogação ou quer aguardar a chamada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Não, no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Então, o que nós queremos é esta valorização ao servidor público do Paraná. E nós estamos dando entrada Senhores Deputados, num requerimento pedindo para que se instale uma Comissão Geral nesta Assembléia, para que ela seja transformada em Comissão Geral, no sentido de votarmos a betenização dos salários dos servidores públicos do Paraná, antes do encerramento desse período Legislativo, antes da chegada do Natal, para que pelo menos, uma vez, o servidor público do Paraná possa respirar com folga e agradecer a este Parlamento.

(Palmas).

Nós temos uma Mensagem nº 373/89, que objetiva fixar em três mil, seiscentos e três cruzados novos e sessenta e três centavos o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e dá outras providências.

Temos um que dispõe sobre as modificações da carreira de delegado de Polícia em face de normas contidas no artigo nº 241 da Constituição Federal, e no artigo nº 47 da Constituição Estadual com Parecer exarado pela Comissão Geral da Assembléia. Nós temos recebido, aqui, gente de todos os segmentos, de todas as categorias. São delegados, são policiais militares, é a Associação dos Professores, a ASPP; todos eles, conversando, dialogando com a Assembléia Legislativa. E nós gostaríamos de dizer que a nossa posição será a posição da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, dos representantes dos delegados, da Polícia Militar, dos magistrados. E

quero, mais uma vez, Senhor Presidente, agradecer; às vezes não temos o reconhecimento dos nobres Pares em determinadas questões. Mas, o que me alimenta é o ideal de continuar servindo o Estado do Paraná, o ideal de poder contribuir, de ajudar a gente da Terra em que eu nasci, que é o nosso Estado. O que eu espero é ver não somente hoje, numa votação importante para uma categoria, quero ver o povo do Paraná lotando sempre estas galerias, e participando nos comitês, avaliando o posicionamento, o discurso, a prática de cada um dos Deputados, porque somente assim nós conseguiremos uma sociedade mais justa e mais humana... Senhor Presidente, só para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço a Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury.

Somente assim teremos uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde os políticos exerçam seus verdadeiros compromissos com o povo do nosso Estado, das suas comunidades e do nosso Brasil. Eu agradeço a oportunidade e agradeço a benevolência dos nobres Pares, que nos ouviram até o presente momento.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o nobre Deputado, representante da Lapa, Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, do PDT, estamos preocupados com a forma como o Governo do Estado vem tratando os funcionários públicos estaduais. Porque em todas as iniciativas de que nós temos conhecimento, de no momento do Governo do Estado cumprir a Constituição Estadual, no momento em que o Governo do Estado tem responsabilidades concretas com a manutenção dos quadros profissionais, funcionários públicos, nós temos observado o descaso, a ineficiência, nós temos observado a incompetência; nós temos observado os vetos, na maioria das vezes a mobilização do Governo junto à bancada do PMDB, para que projetos de alcance social não

sejam aprovados nesta Casa.

A realidade é de que nós estamos vivendo num processo inflacionário sem dúvida, mas com a economia completamente indexada. No momento que os produtos aumentam nas indústrias e que são vendidos no comércio, esses produtos sofrem majoração imediata e, portanto, o Imposto de Circulação de Mercadorias também sofre esta majoração. Isto quer dizer que a máquina de arrecadação do Estado está indexada à economia inflacionada que estamos vivendo. E não se justifica o que está ocorrendo neste momento à nível de Governo do Estado, quando temos informação de que pela primeira vez desde Lupion o Governo descaradamente começa a acenar com a possibilidade de pagar o salário dos funcionários com atraso. Ou seja, numa época como esta, uma época de Natal vislumbrar-se a possibilidade de pagar o salário dos funcionários no dia 5 de janeiro. Isto é uma apropriação indébita do salário dos funcionários públicos, numa economia como a nossa onde a inflação oficial beira 45%, mas a inflação verdadeira beira 70%. E o funcionário que ganha mil cruzados em dezembro terá 70% deste salário diminuído em janeiro recebendo então uma fatia de 300 cruzados.

Ora, se a economia está indexada, se aumentam os preços, estes preços aumentam para o funcionário público; e se estes preços aumentam, o imposto deveria também aumentar. O que nós vemos na Secretaria da Fazenda é a incompetência instalada. Mas não a incompetência de quem não sabe o que fazer. É o velho discurso do liberalismo que está na boca de Collor de Mello hoje na presidência da República, porque lá, na Secretaria da Fazenda perdura o liberalismo dos "Afifs Domingos" que impedem que as pessoas paguem impostos adequados. Não se está fazendo um trabalho de fiscalização para que as pessoas, as empresas paguem os impostos porque lá dentro da Secretaria o que predomina é a ideologia do liberalismo pregado pelos "Collor da vida" aí. E neste momento o que se faz? Nós não observamos nenhum crescimento no Estado por parte desta política porque as empresas reajustam seus preços de acordo com a inflação. Porque o comércio é obrigado a reajustar o preço de acordo com a inflação. Mas, infelizmente este reajuste não dá aos cofres públicos reajustes que impedem o pagamento desta máquina de funcionários públicos que estão aí trabalhando, às vezes, pagando para trabalhar.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui a nossa posição. Desde Lupion não tivemos um exemplo tão gritante de incompetência e de aplicação ideológica de um processo que não funciona. E nós não podemos aceitar isso. Portanto, o mínimo que podemos fazer é apro-

Curitiba, terça, em 12.12.89

var as emendas do Deputado Raul Lopes; é derrubar o veto do Governador nas emendas do Tribunal de Justiça; é fazer valer o nosso direito como Deputados para levantarmos a voz e darmos um basta a essa situação que está aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTN.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PRN.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PRP.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PSDB.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PMDB.

Havendo declinado, está encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei complementar de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 50/89, - constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu poderia esperar chegar o item 13, mas poderia passar despercebido, eu pediria a Vossa Excelência por gentileza a retirada do Projeto de Lei n° 186/89 o item 13 da Ordem do Dia, por uma sessão, por gentileza.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 50/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Nova Laranjeiras.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO
DE RESOLUÇÃO N° 50/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Nova Laranjeiras:

"Inicia-se na foz do Rio União com o Rio das Cobras, deste até a ponte do Rio Changu onde passa a Estrada da Fazenda Velha, numa distância de mais ou menos 14.250,00m., ao rumo de 72°00' SE, confrontando com o Município de Laranjeiras do Sul; segue rio acima até a foz do Rio Tigre com o Arroio dos Macacos, subindo arroio acima até encontrar outro arroio à esquerda que vai até a sua cabeceira. Daí por uma estrada secundária até a encruzilhada da Estrada da Herveira, vindo rumo a Laranjeiras do Sul, até a cabeira do Rio Lambedor, descendo por este até encontrar o Rio Barreiro, descendo em linha seca até o Cabo Roxo, descendo pelo Rio Tigre até encontrar o Rio do Cobre, descendo este até o Rio Piquiri, confrontando com o Município de Cantagalo, descendo o Rio Piquiri até encontrar a foz do Rio Cascudo, confrontando com o Município de Palmital, subindo o Rio Cascudo até a sua cabeceira e desta numa linha seca de mais ou menos 4.500,00 m., ao rumo N-S, até a cabeceira do Rio Guarani, descendo por este até a divisa do Município de Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu, confrontações estas com o Município de Guaraniaçu. Segue uma linha seca e numa distância de mais ou menos 1.500,00 m., ao rumo 86°30' SE, até encontrar a antiga Estrada de Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, seguindo nesta até o Rio União, descendo o Rio União até o ponto de partida, confrontando com o Município de Quedas do Iguaçu."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.12.89

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu perguntaria a V.Exa. se o Projeto de Resolução nº 50/89, que autoriza o plebiscito no Distrito de Nova Laranjeiras, a ser desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço então, Senhor Presidente e me parabeno com os companheiros de Nova Laranjeira, que em grande quantidade vieram prestigiar esta sessão e agradecer aos Senhores Parlamentares. Está aprovado então o projeto que autoriza o plebiscito em Nova Laranjeira.

APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para Projeto de Lei nº 205/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 205/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que retifica a Lei nº 9.007 e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 205/89.- Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu gostaria apenas de esclarecer os motivos de meu requerimento, pois nós tivemos, em nosso gabinete, no dia de ontem, a visita do Prefeito eleito de Ibema, bem como dos Vereadores, que tiveram a honraria de merecer votação consagrada, no último dia 15.

E essa comunidade, através de seus representantes, Senhor Presidente, nos solicitaram um tempo, pelo menos para que esse Projeto fosse discutido.

É um Projeto de autoria do ilustre Deputado David Cheriegate, que nós entendemos é um Deputado atento às coisas e problemas da sua região, é um Deputado trabalhador, mas eu até pediria o consentimento do ilustre Deputado para que nós retirássemos seu Projeto da Ordem do Dia, para que a comunidade de Ibema, através de seus Prefeitos e Vereadores também se manifestassem, porque afinal de contas nós estaríamos tirando um pedaço de um Município, e eu acho que é lícito e direito da comunidade se manifestar.

Então, encaminhei à Mesa um requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões, para que possamos discutir com a comunidade a conveniência ou não, desse Projeto.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, somente para prestar um esclarecimento a este Plenário, porque o nosso Projeto não retira área de Ibema, ele somente corrige uma injustiça que foi cometida contra o Município de Catanduvas, onde foi criado, por esta Assembléia Legislativa, o município de Ibema.

Portanto, eu peço ao Presidente que o nosso Projeto seja colocado em votação.

unanimidade da inconstitucionalidade do Artigo que nós votamos e criamos o Tribunal de Alçada de Londrina, do Norte, do Oeste, do Estado do Paraná.

Nós só temos a lamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa informa ao Deputado Luiz Carlos Alborgetti que não foi a Procuradoria do Estado, foi a Procuradoria Geral da República. Com a palavra o Sr. Deputado David Cheriegatte.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar eu quero me solidarizar com as declarações do Deputado Luiz Carlos Alborgetti, que infelizmente mais uma vez o interior do Paraná sofre uma derrota demonstrando que talvez, só sirva para acrescentar à arrecadação de imposto e produção ao nosso Estado e, quando tem pequenas conquistas, essas conquistas ainda não chegam a ser duradouras.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente para esclarecer a este Plenário, nós gostaríamos nesta oportunidade de colocar ao conhecimento de todos os Srs. Deputados, que nós antes de entrarmos com esse Projeto, que devolve ao município de Catanduvas uma pequena área do recém criado município de Ibema, se procurou através do diálogo encontrar uma resultante para esse problema.

Infelizmente, esse diálogo que se realizou entre o Prefeito eleito de Ibema e o Prefeito de Catanduvas, não se chegou a um denominador comum, e nós fomos obrigados a entrar com esse Projeto de Lei, para que não se cometa uma injustiça ao município de Catanduvas. A área pretendida pelo nosso Projeto, que retifica o município de Ibema é simplesmente para devolver ao município de Catanduvas uma instalação do entreposto da Cooperativa de Cascavel, que foi construído naquela região como entreposto do município de Catanduvas, e o Memorial descritivo do novo município de Ibema repassa a este novo Município, um entreposto que foi construído para atender à população de Catanduvas.

Eu concordo com o Deputado Artagão Mattos Leão quando ele diz que não conhece o problema a fundo. E realmente não poderia conhecer, porque não faz política naquela região, porque se assim o fizesse saberia, como nós sabemos, qual é e o que nós pretendemos com o Projeto de Lei que apresentamos.

Portanto, Srs. Deputados, eu gostaria nesta oportunidade, de pedir o apoio de Vossas Excelências, para a aprovação desse Projeto, para devolver a Catanduvas o que de direito lhe foi tomado com a criação de

Ibema.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) Vou submeter a voto o Requerimento do Deputado David Cheriegatte. A aprovação do Requerimento do Deputado David Cheriegatte implica na rejeição do Requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado David Cheriegatte conservem-se como estão. APROVADO o Requerimento.

O SENHOR ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) Solicito verificação de votação. Parece-me pelo que eu contei, que está rejeitado.

O SENHOR PRESIDENTE - Vou submeter à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado David Cheriegatte queiram levantar-se. 19 (dezenove) Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

19 (dezenove) aprovam o Requerimento de Preferência do Deputado David Cheriegatte e 16 (dezesesseis) rejeitam. APROVADA A PREFERÊNCIA.

Vamos proceder à votação do Projeto.
2.ª Discussão do Projeto de Lei 205/89. Os Senhores Deputados Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.

O SENHOR ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento)

Nós, evidentemente, temos que acatar a decisão da maioria, mas sentimos muito, Senhor Presidente, que isto aconteça por que estaremos, aqui, aprovando, além de uma matéria inconstitucional, uma matéria que, evidentemente, não condiz com a realidade deste Parlamento. Por que se nós temos uma Câmara Municipal, um Prefeito Municipal e uma comunidade a ser ouvida, nós, por livre arbítrio deste parlamento, vamos tirar um pedaço de um município para cedermos a outro?

É evidente que aceitaremos a votação, mas não aceitaremos o resultado e se este Projeto for aprovado neste parlamento em 3.ª Discussão e Redação Final só nos cabe o caminho da justiça, através de um Mandado de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) APROVADO o Projeto.

O SENHOR DAVID CHERIEGATE - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento)

Só para um esclarecimento. Eu gostaria

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A aprovação do requerimento do Deputado David Cheriegate significa a rejeição do requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Para encaminhar a votação do Requerimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria da atenção dos ilustres parlamentares para um esclarecimento que eu devo fazer, nesta oportunidade.

O novo município de Ibema foi desmembrado evidentemente de Catanduvas, no dia 15 próximo passado nós tivemos a eleição para Prefeito e Vereadores deste novo Município.

Eu não discuto e nem contesto o Deputado David Cheriegate dizendo se foi injustiça ou não cometida com o município de Catanduvas porque é evidente que não tenho conhecimento dessa injustiça. O que acontece Senhor Presidente, ilustre Srs. Parlamentares é que o Município foi criado através de um memorial discritivo aprovado nesta Casa, e agora, dias antes do novo Prefeito, do Primeiro Prefeito, Vereadores assumirem, o ilustre Deputado David Cheriegate dá entrada num outro Projeto retificando essas divisas. Ora, nós temos um Prefeito eleito, é verdade vai tomar posse no dia 1º de janeiro, temos Vereadores, acredito que o máximo que o Deputado David Cheriegate deveria propor é pedindo autorização para um plebiscito para que a comunidade do novo município de Ibema diga se quer, se aceita o desmembramento de um pedaço de seu território. Agora, não é justo que esta Casa de Leis, esta Assembleia Legislativa fique tirando pedaço de um Município para outro sem ouvir as partes mais diretamente interessadas que é a comunidade. Amanhã ou depois eu vou tirar um pedaço de Cascavel e passar para Guaraniaçu, eu vou tirar um pedaço de Ivaiporã e passar para Jardim Alegre, eu vou tirar um pedaço de Laranjeiras e passar para Santa Galo, e assim sucessivamente, nós estaríamos espalhando o caos e a bagunça pelo Estado do Paraná. Vou tirar um pedaço de Prudentópolis e vou passar para Imbituba e vou passar para Irati, sem pedir autorização dos municípios, sem pedir o plebiscito. Eu acho que quem pode se manifestar a respeito ou de um desmembramento, criação de um novo município ou então da divisão de território de um mesmo município é a comunidade, nós não temos autoridade legal para tirarmos um pedaço do município de Ibema e passarmos para Catanduva. Nós temos que ouvir a comunidade; quem manda no seu município é a comunidade, nós somos representantes do povo e temos que ouvi-lo para manipularmos nossas ações. Por isso, com esse alerta eu solicito aos

Senhores Deputados que em homenagem ao povo de Ibema não aceitemos esse requerimento e esse Projeto do ilustre Deputado David Cheriegate para fazer justiça ao mesmo município de Ibema mesmo sabendo que o ilustre Deputado David Cheriegate está atendendo solicitação de seus companheiros que devem ter evidentemente as suas justificativas, e eu não agrido e não vejo demérito na proposta do ilustre Deputado, só peço aos companheiros Parlamentares para que em se fazendo justiça, em se analisando a Lei friamente nós não atendamos esse requerimento porque na verdade ele é até inconstitucional.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu só queria esclarecer aos nobres Pares, não sou a favor, nem contra, muito pelo contrário, estou em cima do muro, que segundo a Lei Complementar se não me falha a memória nº 27, para anexação de qualquer área a outro município precisa da aprovação da Câmara Municipal e também da aprovação do Prefeito Municipal do município para que a área seja anexada a outro município. E o que vejo nesse caso seria uma anexação. Não voto contra, nem a favor, mas que a Lei seja cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado David Cheriegate com a palavra, antes porém, pela Ordem, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborquetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORQUETTI - Eu quero comunicar a esta Casa, lamentavelmente, Srs. Constituintes eu estava até agora no meu gabinete mantendo contatos com Brasília, desci porque eu não tinha recebido a informação, mas, está triste hoje o Norte do Paraná, está triste o Oeste do Paraná, porque o Supremo Tribunal Federal concedeu uma limiar à Procuradoria Geral do Estado, por unanimidade, Srs. Presidente, declarando a inconstitucionalidade do Artigo que cria os Tribunais de Alçada de Londrina e de Cascavel.

Se já está no Supremo não cabe mais recursos, muito menos da Presidência desta Casa em Brasília.

Lamentamos profundamente, e acabei, ao descer do meu gabinete, de constatar com o jornalista Sandro, da "Folha de Londrina", a realidade dos fatos que eu acabo de, pela ordem, pedir que fique registrado nesta Casa, mas nada nos impedirá, tanto eu e outros companheiros de conversarmos com o Presidente Anibal Khury, para ainda procurarmos uma análise desta liminar, que por

de levar ao conhecimento do Deputado Artagão Mattos Leão que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou por unanimidade este nosso Projeto. Eu acho que não cabe aqui ao Nobre Líder do Governo levantar inconstitucionalidade do Projeto, cometendo até uma injustiça com a C.C.J. da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Segue-se a sessão.

Não há matéria de ordem a ser discutida.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pois não, Senhor Presidente, eu acato a decisão de V. Exa.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n° 220/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública o "DEPARTAMENTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA DO MENOR", de Serviço Social e Proteção ao Menor Carente, S.S.P.M.C. e Assistência Social ao Menor Carente, A.S.M.C., com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 14/89, de autoria do Deputado RAUL LOPES, criação de turma especial preparatória para vestibular na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.R.H. e C.E., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada pela C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 231/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DAS DOENÇAS DO FÍGADO - FUNEF", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 296/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que denomina de Pavilhão de artes Industriais Professora JALILE BICHARA MACHADO, o Pavilhão do Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. Em votação a emenda substitutiva geral.- Aprovada.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 355/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resul-

Curitiba, terça, em 12.12.89

tado do plebiscito, o Município de Fazenda Rio Grande, desmembrado do Município de Mandirituba, conforme especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 363/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 104/89), que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel "caieira", sito em Guaratuba, feita à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e a doar o referido imóvel ao Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 75/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, com vistas à criação do Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Resolução n° 75/89. - Aprovado. Fica portanto, retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Resolução n° 75/89.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 76/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de São Pedro do Iguaçu. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 283/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria a REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, no Vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivaiporã, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 283/89
COMISSÃO GERAL

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o plano de lei em tela tem por finalidade criar a Região Administrativa do Estado do Paraná, no vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivaiporã, conforme especifica.

Pela justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, a finalidade da mesma está em centralizar num só pólo, os principais órgãos públicos esta-

Curitiba, terça, em 12.12.89

Pág. 13

duais, adequando assim todos os atendimentos e facilitando os trabalhos dos prefeitos da região do Vale do Ivaí, nas soluções de seus problemas comuns.

Além disso, trata-se de um município de está estruturado para atender aos municípios vizinhos.

Neste sentido, está Douta Comissão Geral, chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela medida em questão, por entender que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o seu trâmite normal por esta Colenda Casa, e pelos motivos supra citados.

Neste sentido, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 283/89.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 05.12.89

(a) JOSÉ FELINTO

Sobre o referido projeto, emendas em n° de 03 (três), de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Antônio Costenaro Neto e Renato Adur, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 283/89.

Inclua-se no Art. 1° do Projeto de Lei Complementar n° 283/89, de nossa autoria, a seguinte expressão: JARDIM ALEGRE.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Werner Wanderer.

Algaci Túlio.

Renato Adur.

José Alves.

Artagão Mattos Leão.

JUSTIFICATIVA:

Quando da datilografia do projeto deixamos de constar o Município de Jardim Alegre, como integrante da Região Administrativa Central do Estado do Paraná, no entanto, como poderemos observar, Jardim Alegre consta em todas as demais peças do presente projeto de lei. Por essa razão entendemos ser necessária esta emenda a fim de se corrigir o engano anteriormente cometido.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 02

Artigo Único - O artigo 1°, do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n° 283/89, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criada a "REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO PARANÁ", integrada pelos seguintes Municípios:- Cândido de Abreu, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Pitanga, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí".

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) Antônio Costenaro Neto

Apoio: Tadeu Lúcio Machado.

Renato Adur.

Werner Wanderer.

Luiz Antonio Setti.

Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem como objetivo único retirar os Municípios de BARRAZÓPOLIS e SÃO PEDRO DO IVAÍ desta futura Região Administrativa CENTRAL DO PARANÁ. Com efeito, pois ambos os municípios estão interligados, de maneira direta, com a o Município de Apucarana. Como Deputado, e também um conhecedor profundo da região, recebo diariamente manifestações de expressivas lideranças destas cidades solicitando a apresentação desta Emenda modificativa.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

"Suprima-se do artigo 1° as expressões: NOVA TEBAS e PITANGA."

Sala das Sessões, em 12.12.89

(a) RENATO ADUR

Apoio: Acyr Mezzadri.

Artagão Mattos Leão.

Vera Agibert.

Luciano Pizzato.

A mesa retira da Ordem do Dia, a fim de que a Comissão competente se manifeste no prazo de 48 horas.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 379/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 104/89), que objetivava dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da carreira de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 90/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a reduzir para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 90/88. Aprovado. Fica portanto, retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n° 90/88.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 186, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que dá responsabilidade ao Estado do Paraná,

na manutenção dos Cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.S.P. e C.E., por unanimidade; EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 186/89. Aprovado. Fica portanto, retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n° 186/88.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 348/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a realizar Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas do Quadro Próprio de Pessoal do Magistério. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 364/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que altera o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a - DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 56/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de 4° Centenário.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Namir Piacentini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Distrito Administrativo de IV Centenário e do Distrito Administrativo de Bandeirantes D'Oeste, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de IV Centenário.

"Ponto inicial e final: Foz da Água Bela no Rio Piquiri. Do ponto inicial sobe pela Água Bela até a Foz do Ribeirão dos 10, sobe por este até a linha de divisa das glebas 14 "inclusive" e 13 "exclusive" da Colônia Goioerê, deste ponto rumo sul pela mesma divisa até encontrar o Rio Caracol, desce por este até a divisa das glebas 23 "inclusive" e 15 "exclusive" da Colônia Goioerê, deste ponto rumo sul pela divisa das referidas glebas até encontrar

o Rio Comissário, pelo Rio Comissário abaixo até sua foz no Rio Ronquinho, desce por este até sua foz no Rio Piquiri, desce por este até a foz da Água Bela, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.89

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

NAMIR PIACENTINI

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio, Ezequias Losso, David Cheriegate, Luiz Antonio Setti.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva ao Projeto de Resolução em tela, visa adequar as confrontações e divisas atribuídas ao novo município, visto que em tramitação processual legislativa, encontra-se o Projeto de Lei n° 83/85, de autoria do Ex-Deputado FUAD NACLI, objetivando a criação do município de IV Centenário, desmembrado do Município de Goioerê, sendo que o presente plano e o acima mencionado, possuem em sua composição, o distrito de Bandeirantes D'Oeste, como elemento composto e incorporado à criação de ambos os municípios.

Esta emenda substitutiva retira o distrito de Bandeirantes D'Oeste da esfera de Goioerê, ficando o mesmo para composição da criação do novo município de IV Centenário.

A presente iniciativa não deixa de observar o disposto na Lei Complementar 01, de 09 de setembro de 1967, pois a retirada do distrito de Bandeirantes D'Oeste não implica na perda das condições impostas pelos requisitos da referida Lei, além de que tal decisão desta emenda substitutiva está de conformidade com a população daquela área.

Sendo assim, solicito apoio dos nobres Pares ao presente substitutivo. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 371/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 114/89), que dispõe sobre modificações na carreira de Procurador do Estado. Com Parecer a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. (Public. no D.A. n° 113, de 06.12.89)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação e a retirada da ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 371/89. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, o Projeto de Lei Complementar n° 371/89.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 372/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 111/89), que dispõe sobre os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, excluídos os de carreira de Delegado de Polícia, como especifica. Com Parecer a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA. (Public. no D.A. n° 113, de 06.12.89)

Tratando-se de projeto de lei complementar a Mesa adverte que será considerado aprovado se obtiver maioria absoluta dos votos, isto é, 28 votos favoráveis ou 28 contrários.

O Deputado Renato Adur é o Relator Comissão Geral.

O SR. RENATO ADUR (Lê parecer)...

Comissão Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 372/89

PARECER:

Encaminhado a esta Casa através da Mensagem do Poder Executivo n° 111, datada de 06 do corrente mês, o projeto em tela objetiva fixar os valores de vencimentos dos cargos integrantes do Quadro da Polícia Civil, excluídos os da carreira de Delegado de Polícia.

Dispõe, ainda, que tais valores serão reajustados sempre que forem alterados os valores de vencimentos do funcionalismo em geral, afirmativa que nos parece desnecessária, tendo-se em conta que este preceito consta do inciso X, do Art. 27, da Constituição Estadual.

De todo modo, a iniciativa da matéria é da competência do Chefe do Executivo, conforme define o Art. 66 e seus incisos, da Carta Estadual.

No referente aos aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, entendemos inexistirem óbices quanto à sua aprovação, razão pela qual somos FAVORÁVEL ao projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89

(a) RENATO ADUR

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação o parecer e o projeto. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 374/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 113/89), que dispõe sobre as modificações na carreira de Delegado de Polícia, em face de normas contidas no art. 241, da Constituição Federal e no § 4°, do art. 47, da Constituição Estadual. Com Parecer a ser exarado pela CO-

MISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA. (Public. no D.A. n° 113, de 06.12.89)

Com a palavra o Deputado Acir Mezzadri, Relator da matéria, para ler o parecer.

O SR. ACIR MEZZADRI - (Lê o parecer)
Comissão Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 374/89

PARECER:

Oriundo da Mensagem do Poder Executivo n° 114 datada de 06 do corrente mês, o projeto de lei em tela objetiva dispor sobre modificações na carreira de Delegado de Polícia, face às normas contidas no Art. 241, da Constituição Federal e no § 4°, do Art. 47 da Constituição Estadual, aplicando-lhe o princípio da isonomia às demais carreiras jurídicas, conforme definição do Art. 135, da Constituição Federal.

A iniciativa da proposição da matéria, indubitavelmente, é do Chefe do Poder Executivo, na conformidade do que dispõe a Constituição do Estado do Paraná, em seu Art. 66 e incisos.

Assim, por entendermos inexistirem óbices de natureza legal ou regimental, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação da matéria por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89

(a) ACIR MEZZADRI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer e o projeto.- Aprovados.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 373/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 112/89), que objetiva fixar em 3.603,63 (três mil seiscentos e três cruzados novos e sessenta e três centavos), o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Com Parecer a ser exarado pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA. (Publ. no D.A. n° 113, de 06.12.89).

Com a palavra o Deputado Raul Lopes, Relator da matéria, para ler o parecer.

O SR. RAUL LOPES - (Lê o parecer).
Comissão Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 373/89

PARECER:

Encaminhando a esta Assembléia através da Mensagem do Poder Executivo n° 112/89, o projeto em tela objetiva fixar o soldo do Coronel da Polícia Militar, alterar o escalonamento vertical da carreira para fixar o soldo dos demais postos e gradua-

ções da referida corporação e, finalmente, dá nova redação ao inciso IV, do Art. 2º, da Lei nº 9.105, de 23 de outubro o corrente ano, que dispõe sobre o limite de remuneração dos servidores públicos civis e militares do Estado, ativos e inativos e de pensionistas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

A iniciativa da proposição da matéria, constitucionalmente, é do Chefe do Poder Executivo, conforme o disposto no Art. 66 e incisos, da Carta Estadual.

Assim, por entendermos inexistirem óbices da natureza legal ou regimental, opinamos FAVORAVELMENTE à tramitação da matéria por esta Assembléia, até sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89

(a) RAUL LOPES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o referido projeto, emendas em nº de 04 (quatro), devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 373/89

Art. 1º - Inclua-se no projeto de lei supra um parágrafo único ao artigo 1º, com a seguinte redação:

Parágrafo Único: O valor fixado no caput deste artigo será reajustado sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, nos mesmos percentuais, data e época de vigência, independentemente do percentual concedido pela presente lei.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) RAUL LOPES

Apoiamento: Renato Adur, Acir Mezzadri, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Paulino José Delazeri, Nereu Carlos Massignan.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 373/89

Art. 1º - Substitua-se no texto do artigo 4º do presente projeto de lei, passando a ter a seguinte redação:

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) RAUL LOPES

Apoiamento: Renato Adur, José Rogério Carvalho, Acir Mezzadri, Werner Wanderer, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa destaca um ponto que fere a expectativa do Policial Militar no que se refere à vigência dos

Curitiba, terça, em 12.12.89

efeitos financeiros do projeto de lei derivado da Mensagem Governamental nº 112/89 de autoria do Chefe do Poder Executivo.

Se não se pretende retroagir a vigência ao dia da promulgação da Constituinte Estadual, como ocorre na mensagem Governamental nº 113/89, pelo menos que se faça vigir no ano e mês em curso, concedendo-se o novo soldo do Posto de Coronel a contar de 1º de dezembro de 1989.

Tal alteração, se aprovada virá a dessembarçar a interpretação dubia que poderá ocorrer no início do próximo ano, por ocasião dos cálculos do novo soldo por consequência da data base do funcionalismo público estadual, podendo gerar o entendimento que esse ACERTO DE ÍNDICES venha a ser considerado como parte do reajuste salarial a ser concedido. Com o efeito a partir de 1º de dezembro do corrente ano fica claro que o índice de janeiro será calculado com base no soldo de dezembro.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 373/89

Suprime o art. 2º e modifica a redação do art. 4º do Projeto de Lei nº 373/89.

Art. 1º - Fica suprimido o art. 2º do Projeto de Lei nº 373/89.

Art. 2º O art. 4º do Projeto de Lei nº 373/89, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1989".

Sala das Sessões, em 13.12.89

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: Raul Lopes, Pedro Tonelli, Werner Wanderer e Antônio Bárbara.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 373/89

Art. 1º - Suprima-se do referido Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 13.12.89

(a) RAUL LOPES.

Apoiamento: Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Bárbara, Werner Wanderer, Antônio Annibelli, Orlando Pesutti, Irondi Pugliesi, Paulo Furiatti, Algaci Túlio, Lindolfo Júnior, Nereu Carlos Massignan, Acir Mezzadri, Ferrari Júnior, Vera Agibert, Nelson Vasconcellos, Namir Piacentini, Paulino José Delazeri, Rafael Greca, Hermas Brandão, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Caíto Quintana, Valderi Mendes Vilela, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Haroldo Rodrigues Ferreira, David Cheriegate e uma ilegível.

Em votação o parecer e o projeto. Aprovados.

O Sr. Raul Lopes - (Para encaminhar) Sr.

Presidente, para encaminhar a discussão do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros da Polícia Militar.

Como nós já sentimos a receptividade, como de praxe não poderia deixar de ser, de toda satisfatória, por parte dos Deputados integrantes desta Casa e que aqui hoje estão, assinam na sua maioria em apoio à emenda supressiva ao Projeto de Lei n° 373/89, ao artigo 1°, que suprime-se do referido projeto de lei o artigo 2°. Sala das Sessões, 11/12, assinado pelo Deputado que vos fala.

Essa emenda prezados companheiros, juntos aproveitamos na sua íntegra pelo encaminhamento da Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos. Eu tenho certeza que todos os presentes receberam. E ela nada mais apresenta aqui que não seja corrigir alguns índices que eu vou me permitir não ler, porque já tenho o apreço, o aprovo, o endosso de todos os companheiros para a correção dos índices, que diz respeito aos graduados cabos e soldados da corporação. Não cresce realmente nos demais índices razão pela qual, estamos encaminhando já com a devida aquiescência e aprovação dos respectivos companheiros Deputados desta Casa.

Em seguida ainda estamos encaminhando uma Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n° 373/89, ao artigo 1°, que tem a seguinte súmula: "Substitua-se no texto do artigo 4° do presente projeto de lei, passando a ter a seguinte redação: Artigo 4° - Este lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1° de dezembro. Isto vale dizer, que nós estamos tentando retroagir a Mensagem encaminhada pelo Governo deste Estado, vigir a partir de 1° de Dezembro e não mais a partir de 1° de Janeiro. Em seguida uma 3ª emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 373, porquanto o mesmo, no seu artigo 1°, incluindo-se ao Projeto de Lei, a seguinte redação: "O valor fixado no Caput deste artigo, será reajustado sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, nos mesmos percentuais data e época de vigência, independente dos percentuais concedidos pela presente Lei".

Srs. Deputados, creio ser totalmente desnecessário qualquer observação, porquanto estamos assistindo de forma inédita nesta Casa a presença dos companheiros que vêm em forma de "lobby" pedir a clemência, a consideração, o carinho e apreço por

ocasião da votação dessas três emendas. Muitas obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação, os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 65/89, VETO aposto ao Projeto de Lei n° 200/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que atribui gratificação de representação aos funcionários ocupantes dos cargos de nível superior do Poder Judiciário.

Ofício n° DTL/SAT/212/89

Curitiba, 14.11.89

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 200/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 200/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "Aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior dos Quadros de Pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada, fica assegurada a percepção de verba de representação correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo vencimento para os efeitos legais." Tal vantagem, segundo prevê o art. 3°, terá efeitos financeiros a partir de 1° de junho de 1989.

O veto apostado decorre da inconstitucionalidade da medida, eis que fere o mandamento contido no inciso X, do art. 27, da Constituição Estadual, que não permite seja dado tratamento diferenciado nas majorações de remuneração de servidores públicos do Estado. Também porque conflita com as disposições do inciso XII, no mesmo art. 27, da Carta Estadual, segundo as quais "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo". Tal inconstitucionalidade torna-se indiscutível pelo fato de que servidores do Poder Executivo, de funções assemelhadas e que ocupam cargos cujo provimento exija habilitação em curso superior, não percebem o questionado benefício.

Ademais, inobstantemente a inconstitucionalidade apontada, devem ser levadas em conta as atuais dificuldades do erário público em gastos com pessoal e o fato de que, tais dispêndios são limitados por dispositivos da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 200/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior dos Quadros de Pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada, fica assegurada a percepção de verba de representação correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo vencimento para todos os efeitos legais.

Art. 2° - Fica aberto o crédito correspondente para as despesas de execução da presente lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de junho de 1989.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.10.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

VETO

Razões em separado.

Em 14/11/89.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da Proposição n° 65/89, adotará o disposto pelo parágrafo 4°, artigo 71, da Constituição do Estado do Paraná, ou seja, o processo de votação será por escrutínio secreto.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência determinasse à Secretaria que lesse os dispositivos que foram vetados em relação a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Primeiro Secretário procederá à leitura das razões do veto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, seria mais dos dispositivos, porque as razões nós temos aqui. Mas, não constam os dispositivos vetados.

É da Lei n° 9.137, não é isso? Artigos 1° e 2°?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É, são os artigos 1° e 2° os que foram vetados.

O SR. NEREU MASSIGNAN - E o quarto e o quinto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O quarto e o quinto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Qual é o conteúdo do veto, do artigo vetado?
Porque não há aqui, na Mensagem. Aliás, dos artigos vetados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao Deputado Nereu Massignan que ao Projeto n° 200/89, o veto foi total. Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encaminho o veto dizendo e argumentando o seguinte:

O veto apostado decorre da inconstitucionalidade da medida. Eis que fere o mandamento contido no artigo 27 da Constituição Estadual que não permite seja dado tratamento diferenciado nas majorações e remunerações dos servidores públicos do Estado.

Vejam nobres Pares, o equívoco. Eu não diria nem da pessoa do Governador, mas da assessoria do Governador Álvaro Dias, não procede essa argumentação, mesmo porque o Poder Judiciário pela nossa Constituição a partir de 1990 já é um Poder independente. Direito este garantido pela Constituição Federal. E nós no artigo 94 que trata do capítulo do Poder Judiciário diz que os tribunais e juízes são independentes e estão sujeitos somente à Lei.

Se a Lei lhes garante essa majoração não há o que se discutir.

Quanto ao tratamento diferenciado ocorre justamente o contrário das razões contidas no veto do Governador.

No dia 20 de junho deste ano o Governador sancionou uma Lei, Lei n° 9018, dando ao Tribunal de Contas a mesma gratificação. A Assembléia Legislativa, também com Resolução, atribuiu a mesma gratificação aos funcionários da Casa. Os servidores federais já têm incorporada idêntica vantagem há muitos anos.

A Lei n° 9018 que foi sancionada em 20 de junho deste ano foi publicada no Diário Oficial no mesmo dia. E está aqui o Diário Oficial. Sei que muitos dos senhores têm comando político, é evidente que não prestam atenção no pronunciamento de tamanha importância. Porque, quando a gente fala, a gente traz para mostrar. Lei n° 9018, sancionada no dia 20 de junho e foi publicada também no dia 20 de junho no Diário Oficial.

E o que diz a súmula da Lei 9018? Assegura a percepção de verba de representação aos ocupantes dos cargos que especifica do quadro de pessoal efetivo de nível universitário do Tribunal de Contas do Es-

tado.

(APLAUSOS).

Será que ele concedeu para o Tribunal de Contas porque o Tribunal de Contas vai analisar as contas do Estado?

Então é lamentável que essas incoerências aconteçam! E eu que apoiei o Governador Álvaro Dias, que o considerava uma rendição para este Estado, porque entre ele e Alencar Furtado nós não tínhamos nem saída.

Eu mudei de Partido a convite, a pedido do Governador, eu, na conta corrente política, eu tenho crédito com este Governo, então eu posso falar de cátedra aquilo que sinto porque o amigo leal é aquele que fala a verdade.

Quando alguns amigos da Receita me procuram para discutir as minhas emendas, eu vou discutir, eu vou apontar os erros no Projeto do IPVA, porque é inadmissível que um cidadão que, na eventualidade do Governo receber de forma indébita o dinheiro, pague em BTN fiscal até a data do deferimento, e por que não na data do pagamento? Eu posso deferir hoje e pagar no fim do mês, posso deferir hoje e pagar daqui a dois meses. Nós vamos conversar e vamos discutir, porque o nosso Partido, o Partido Liberal briga nas idéias, jamais na linguagem rasteira, o que nós defendemos aqui nós estamos mostrando e ficará nos Anais. Este posicionamento nosso, com relação a este veto, porque existem dois pesos e duas medidas, se concede em junho deste ano a mesma gratificação para o Tribunal de Contas e não se concede para o Tribunal de Justiça, dizendo que é inconstitucional.

E, quando às vezes a gente é aplaudido assim o pessoal do PMDB diz que eu sou demagogo, diz que eu venho à tribuna só para fazer demagogia, que eu venho à tribuna só para receber aplauso. Não minha gente, eu quero trabalhar de forma uníssona com os Senhores. Eu quero chegar ao término de meu Mandato de cabeça erguida...

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado permita-me um aparte. (Assentimento).

Deputado, veja, não há qualquer objeção à sua interferência, pelo contrário, nos dá o maior prazer o seu discurso, mas essa não é a forma mais acertada de se encaminhar um veto, me parece, um discurso prolongado, porque a Assembléia que estava lotada agora está vazia. E o que sucede é que o pessoal do Judiciário vai ter que voltar outro dia aqui para a Assembléia, porque a maioria dos Senhores Deputados estão se retirando. Nós já não temos número pelo que eu vejo, a vôo de pássaro, aqui contando os companheiros, vários tucanos inclusive fugiram, pelo que eu vejo não vai ser possível a derrubada do veto

hoje, porque não haverá número suficiente, sequer para continuar a sessão, é um fato!

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Um fato que Vossa Excelência registra que é lamentável, Deputado Greca, porque nós ganhamos é para trabalhar, nós ganhamos para estar aqui presentes e quando falo isso o Líder do PMDB diz: e não para ficar ouvindo besteira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o seu horário.

O SR. VALDERI VILELA (Questão de Ordem) -

Quero lembrar ao Deputado Lindolfo Júnior que nós estamos talvez mais atuantes do que ele aqui no plenário. Uma vez, Senhor Presidente, que nós fizemos um levantamento geral dos possíveis votos favoráveis ao funcionalismo público e realmente não há quorum, e não há quorum porque nós da Oposição estamos saindo do plenário nobre Deputado, para que não dê realmente quorum, para que o veto não caia hoje, para que o funcionalismo público, o funcionário do Tribunal de Justiça tenha a esperança de conversar com todos os Parlamentares até amanhã e que eles venham amanhã talvez com uma nova mentalidade Senhor Deputado. E Vossa Excelência fazia um pronunciamento bom em defesa do funcionalismo público, mas nós estamos atento, por isso é que nós estamos nos retirando para que realmente não dê quorum, aliás, isso é perfeitamente viável, a obstrução de quorum, usado nas democracias.

Era isso nobre Deputado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nereu Massignan pela Ordem.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu quero fazer uma retificação endossando as palavras do Deputado Valderi. Na verdade os Tucanos voaram do plenário justamente para não permitir o quorum já que fatalmente nós não conseguiríamos os 28 votos, nós somamos aqui e temos 26 votos, razão porque nós nos retiramos para que o veto volte amanhã e assim está determinado pela Constituição, esse veto não sai mais na Ordem do Dia, vamos tentar amanhã, se não der amanhã vamos tentar quinta-feira, se não der quinta, vamos tentar segunda, enfim, é uma estratégia que a Oposição pretende adotar no sentido de ampliar o número de votos e conseguir derrubar o veto do Senhor Governador Álvaro Dias.

E aproveitando a oportunidade Senhor Presidente, eu requeiro verificação de quorum, antes da votação do veto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de quórum. Os Senhores Deputados que encontram-se no plenário queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente eu pedi chamada nominal para verificação, mas desisto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezes-
seis Senhores Deputados. Não há quórum
para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2899,
de autoria do Senhor Deputado Werner Wan-
derer, constante do expediente. - Aprova-
do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2960, de autoria do
Senhor Deputado Hermas Brandão, constante
do expediente. - Aprovado. À Diretoria Le-
gislativa.

Requerimento de n° 2961, de autoria do
Senhor Deputado Renato Adur, constante do
expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-
lativa.

Requerimento de n° 2966, de autoria do
Senhor Deputado José Rogério Carvalho, com
apoio dos Senhores Deputados Raul Lo-
pes, Nelson Vasconcellos, David Cheriegate
e demais Senhores Deputados, constante do
expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-
lativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente sessão, marcando ou-
tra para quarta-feira, dia 13, à hora re-
gimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-
mentar n° 379/89
dos Projetos de Lei n°s 348/89, 364/89
e do Projeto de Resolução n° 56/89
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Com-
plementar n°s 372/89, 374/89
e dos Projetos de Lei n°s 257/89,
373/89.
- DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s
65/89, 69/89.

Levanta-se a sessão.